

As Bases Interpretativas de Expressões Anafóricas Associativas em Textos Acadêmico-Científicos

THE INTERPRETATIVE BASES OF ASSOCIATIVE ANAPHORIC EXPRESSIONS
ON ACADEMIC-SCIENTIFIC TEXTS

Rosângela Alves dos Santos **BERNARDINO***

José Cezinaldo Rocha **BESSA****

Ananias Agostinho da **SILVA*****

Resumo: Este trabalho analisa expressões ou sequências anafóricas do tipo associativas em textos acadêmico-científicos, a partir da abordagem discursiva proposta pelo funcionalismo linguístico. O foco da análise direciona-se para o exame das bases interpretativas da relação anafórica associativa e de como elas são negociadas ou manipuladas pelo produtor

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Assistente II do Departamento de Letras, do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET). Contato: rosangelabernardino@uern.br.

** Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007). Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FCLAr. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor Assistente III do Departamento de Letras, do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET). Contato: cezinaldobessa@uern.br.

*** Especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Mestrando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET). Contato: ananiasgpet@yahoo.com.br.

no processo de textualização. Os textos analisados são um recorte de um *corpus* constituído de artigos científicos produzidos por pesquisadores situados em nível avançado da escrita, apresentando titulação de doutores ou em fase de doutoramento. Para este trabalho, convocamos a discussão feita por Neves (2006), em diálogo com vários outros autores reconhecidos como autoridades nessa temática, de forma a nortear uma compreensão da anáfora associativa como construto do próprio discurso. De acordo com a análise realizada, observamos que o produtor opera uma textualização bem sucedida que garante a interpretação, no texto acadêmico-científico, das bases sobre as quais se assentam a relação anafórica do tipo associativa, sendo isso estabelecido por meio de diferentes maneiras, desde a ativação de conhecimento partilhado, de representações mentais via criação de frames, até a possibilidade de construção de sentidos de tais bases no próprio ato da leitura.

Palavras-chave: Referenciação. Anáfora associativa. Texto acadêmico.

Abstract: This work analyses associative anaphoric expressions on academic-scientific texts, using the discursive approach proposed by the linguistic functionalism. It focuses on the examination of the interpretative bases of the associative anaphoric relation, and also on the way of how they are negotiated and manipulated by the creator during the writing process. The analyzed texts are part of a corpus of scientific papers produced by researchers who have a high writing level, some of them are Doctors or doing their doctorates. This work uses Neves' (2006) discussion, in dialogue with others well-known author of that area, in an attempting to understand associative anaphora as a construction from the discourse. According to our analyses, one can notice that the writer made a well succeeded text which guarantees an understanding, on the academic-scientific text, of the bases which sustain the associative anaphoric relation. This is established by different ways: through the sharing understanding, mental representation using frames, and, also, the construction of meaning of those bases during the reading process.

Key-words: Reference. Associative anaphora. Academic text.

Introdução

No campo dos estudos linguísticos, as formulações teóricas existentes acerca da referenciação e, mais especificamente, sobre a anáfora associativa podem ser identificadas a partir de três abordagens distintas: a semântica, que encontra nos estudos de Castilho (2010, p. 122) uma discussão da referenciação como um processo pelo qual se permite, na criação de significados, o *emolduramento* de “participantes e eventos via criação de *frames*, *scripts* e *cenários*”; a textual-discursiva, amplamente debatida a partir de vários estudiosos da Linguística do texto (entre eles Marcuschi, 1998, 1999, 2006 e Koch, 2004, só para citarmos alguns), tendo hoje ganhado um relevante espaço em pesquisas de Magalhães (2011), que concebe a referenciação como um processo viabilizado por um dispositivo remissivo, uma propriedade de apontar para um dado objeto reconhecível a partir de pistas muito diversificadas; e, ainda, a visão discursiva empreendida pelo funcionalismo linguístico, em que se destaca o estudo de Neves (2006), que, sem deixar de reconhecer as dimensões textual, semântico-pragmática e cognitiva envolvidas, considera esse processo como resultante da negociação de participantes de um discurso quanto à construção dos referentes de que tratam.

Respeitando-se as particularidades do tratamento conferido a esse fenômeno pelas três abordagens citadas, este trabalho convoca a visão defendida pela terceira perspectiva, para subsidiar a investigação acerca de como os participantes de uma interação verbal negociam a construção de objetos de discurso e, assim, conseguem compartilhar a compreensão da mesma rede referencial em textos acadêmico-científicos. Especificamente, elegemos a anáfora associativa como objeto de análise, orientando-nos a partir de duas questões principais: Como o produtor orienta e/ou negocia a compreensão das expressões ou sequências anafóricas associativas no texto acadêmico-científico? Que bases de conhecimento são inscritas ou pressupostas no texto de modo a permitir aos interlocutores a interpretação dessas sequências anafóricas?

A opção pelo estudo da anáfora associativa justifica-se por esta ser uma categoria de análise do texto, permitindo o olhar sob diferentes enfoques, seja semântico-pragmático e cognitivo, seja textual-discursivo. Sendo assim, é uma categoria que permite a análise da construção de sentidos do texto, envolvendo, ao mesmo tempo, desde o aspecto linguístico-gramatical até o discursivo. Já a opção por trabalhar com textos acadêmico-científicos

ancora-se no fato de termos, há um certo tempo, nos engajado em pesquisas cujo foco se detém na análise de diferentes aspectos da construção de sentidos de textos dessa natureza (BESSA, 2007, 2011; BESSA; BERNARDINO, 2011; BESSA; BERNARDINO; NASCIMENTO, 2011; SILVA; SOUZA, 2012).

Com o propósito de ampliar esse debate, a referenciação, e em particular a anáfora associativa, apresenta-se, aqui, como mais um fenômeno que recobre nosso interesse no âmbito dos estudos linguísticos do texto e do discurso, dada a sua relevância enquanto categoria de análise do texto e que, por sua vez, ainda aponta importantes questões em aberto, permitindo, assim, a realização de um trabalho como este. Saber, por exemplo, como se opera a interpretação de uma sequência anafórica associativa é uma questão que, segundo Neves (2006), se mostra ‘delicada’, mesmo quando reconhecido o número de estudos que a ela tem se dedicado. A autora cita, por exemplo, Charroles (1999), Kleiber (1994), Kleiber, Partry e Ménard (1994), Apothéloz (1995). Além disso, trazer à baila a visão funcionalista para um tratamento da anáfora associativa aplicado à investigação do texto acadêmico-científico coloca-se como um importante contributo deste trabalho, no sentido de colocar em cena uma possibilidade de investigação ainda pouco explorada, principalmente quando se trata de produção acadêmico-científica situada em nível mais especializado, em particular artigos científicos elaborados por pesquisadores com titulação de doutores ou em fase de doutoramento.

O *corpus* desta investigação se constitui de artigos científicos publicados em um periódico especializado da área de Letras e avaliado com estrato A1 pelo sistema *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para fins de análise, e considerando a adequação ao espaço deste trabalho, selecionamos cinco artigos científicos, ambos produzidos por pesquisadores especialistas (doutores ou doutorandos), e disponíveis no periódico *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (DELTA), no volume 26, número 02, de 2010. Trata-se de um recorte, por meio de seleção aleatória, em relação a uma amostra bem mais ampla, composta por artigos científicos publicados no referido periódico, sobre os quais temos nos debruçado em pesquisas desenvolvidas a partir do enfoque de teorias enunciativas e de teorias do texto e do discurso.

Nas seções seguintes, fazemos, primeiramente, uma breve revisão teórica acerca da noção de referenciação, colocando em evidência a perspectiva funcionalista. Logo em seguida, apresentamos uma discussão

sobre a noção de anáfora associativa como uma categoria de construção da cadeia referencial do texto, com maior ênfase sobre a perspectiva discutida por Neves (2006). Na sequência, fazemos a análise qualitativa do *corpus*, descrevendo as ocorrências identificadas, para, por fim, fazermos as considerações interpretativas.

1 A Noção de Referenciação

Neves (2006, p. 75) dedica um importante espaço ao debate sobre o processo de referenciação e situa tal processo no âmbito da língua em uso, defendendo que ele recobre a interação e intenção comunicativas, em que “participantes de um discurso negociam o universo de discurso de que falam”. Assim sendo, os participantes se engajam para garantir, ou não, a existência de referentes do universo discursivo.

A autora faz menção a três noções de referenciação: (i) como *construção de referentes* (ou construtiva, em que “o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental”); (ii) como *identificação de referentes* (ou identificador, em que “o falante usa um termo para que o ouvinte identifique um referente que já de algum modo esteja disponível, o que ocorre quando há uma fonte disponível para a identificação”); e (iii) como a *montagem da própria rede referencial do texto*, na medida em que ele se constrói e se processa (NEVES, 2006, p. 75-76). Nesta terceira concepção, que a autora atribui ao funcionalismo linguístico, o processo de referenciação “diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objetos-de-discurso” (NEVES, 2006, p. 76).

Segundo a perspectiva seguida pela autora, diversas estratégias de formulação textual permitem a:

- i. Preservação de referentes introduzidos no texto;
- ii. Introdução de novos referentes;
- iii. Retomada e reintrodução de uns e outros;
- iv. Projeções referenciais.

O processo de referenciação, nessa visão, tem a ver com a progressão ou a manutenção tópica, servindo de base à sustentação da organização informativa e à orientação do fluxo informacional.

Sem fazer aqui uma discussão acerca da base lógico-filosófica que recobre a noção de referência como espelho da realidade, partimos da

compreensão seguida por Neves (2006) de que os estados, eventos, indivíduos e situações são referenciados no discurso e, como tais, são construídos do mundo do próprio discurso, independente de sua existência no mundo real. Desse modo, há dois tipos de referenciais básicos: o genérico e o individual. No primeiro caso, entende-se que uma referência implicada por um sintagma nominal pode sempre identificar o referente de forma genérica, compreendendo a totalidade das entidades pertencentes a um gênero ou classe. Já no segundo caso, a referência permite identificar todos ou apenas alguns indivíduos (existentes ou hipotéticos) incluídos no gênero ou classe.

Por fim, destacamos que a referenciação pode ser bem sucedida (NEVES, 2006) quando há negociação entre os parceiros da interação comunicativa, numa espécie de jogo por meio do qual estes parceiros manipulam entidades referidas e indefinidas na materialidade textual, estabelecidas no universo discursivo. Baseando-se em Halliday (1985), Neves (2006) afirma que tanto o processo de textualização quanto a função textual precisam ser bem cumpridos, dizendo ela que as bases de conhecimento (explícitas ou não) precisam ser sinalizadas na textualização, de modo que o interlocutor possa identificar objetos-de-discurso (no caso, os referentes). Também a natureza do texto tem relevância no sentido de permitir variar quanto ao recurso de exploração do conhecimento do interlocutor. Por exemplo, se o texto é mais técnico e objetivo, mais frequente também será esse recurso. Segundo a autora, mesmo em textos em que termos são usados com mais de um significado, como ocorre em textos científicos, não há problema para a interpretação, uma vez que se supõe apresentar as bases para orientar a construção do sentido.

São muitos os conceitos correlatos à noção de referenciação e não vamos tratar de todos eles neste trabalho. Tendo compreendido a referenciação como o processo que possibilita a constituição de objetos-de-discurso, sendo estes objetos construídos de uma realidade criada no/pelo próprio discurso, vamos discutir, na seção seguinte, a respeito da anáfora associativa.

1.1 Anáfora associativa e a construção de uma rede referencial no texto

Apresentamos aqui um breve sumário das questões discutidas por Neves (2006) acerca da anáfora associativa, por considerarmos que, pelo

diálogo que sua discussão estabelece com importantes representantes desta temática, ela dá conta de fundamentar a análise proposta neste trabalho.

Concebida por Neves (2006, p. 106) como “um tipo particular de anáfora nominal não-correferencial”, a anáfora associativa permite a introdução de um referente dado como conhecido e que, portanto:

... ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior, mas que pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo de discurso, configurada como um outro referente disponível no contexto.

Segundo a autora, nesse tipo de anáfora, as partes são associadas por via de um referente, sendo que, algumas vezes, tais partes podem ser associadas a outras que não necessariamente compõem elementos definidores da entidade que provoca a associação. Em suas palavras, isso leva à conclusão de que: “a anáfora associativa não pressupõe, simplesmente, o conhecimento da relação ‘parte de’, mas, em acréscimo, reflete a possibilidade de ocorrência da relação” (NEVES, 2006, p. 107).

Acrescente a isso o fato de que, para o processamento de uma sequência do tipo anafórica associativa, pode-se acionar algum tipo de conhecimento genérico sobre determinado referente, ou acionar algum tipo de conhecimento mais específico pela via da *inferência*. Não é uma tarefa fácil estabelecer as associações, já que também não é fácil “definir quais os parâmetros que delimitam o conjunto das associações possíveis, embora se possa dizer com certeza que, nesses usos, os interlocutores compartilham um conhecimento dessas associações” (NEVES, 2006, p. 108).

Segundo esse entendimento, o falante deve proporcionar para o ouvinte os meios necessários para que ele identifique e localize o referente na situação correta, sob condição de não haver dúvida acerca do conjunto de objetos associados no qual o referente se encaixa. Ademais, o conhecimento partilhado entre os interlocutores, bem como os estereótipos culturais envolvidos na interlocução exercem papel fundamental para a interpretação das sequências associativas.

O trabalho de Silva (1998, p. 255) defende essa mesma dimensão da anáfora associativa, ao afirmar que esse tipo de relação “dá lugar a processos de interpretação específicos e complexos, em que se destaca o da inferência, mediante a qual é estabelecida a relação anafórica”. Uma contribuição bastante

significativa deste trabalho – além, é claro, da própria dimensão cognitiva conferida a este fenômeno, o que poucos estudos têm feito – diz respeito ao sumário das características da anáfora, conforme podemos conferir abaixo:

- co-presença de duas expressões: uma fonte e outra, a anáfora;
- inscrição num quadro de predicação complexa, na medida em que é composta de pelo menos dois predicados, atribuindo-se um a cada um dos elementos da relação;
- manifestação de uma orientação privilegiada de um elemento mais geral relativamente a outro menos geral, que se traduz no fato de a expressão anafórica só poder introduzir em relação ao referente que a introduz, informações já disponíveis no termo antecedente;
- intransitividade da anáfora associativa decorrente da impossibilidade de cada objecto dar acesso a outros objectos com a mesma validade;
- introdução do novo referente através da expressão anafórica, realizada sob a forma do conhecido, nomeadamente pelo recurso ao determinante definido. (SILVA, 1998, p. 254-255).

Nessa discussão, é bom frisar ainda a visão de Charroles (1999 apud NEVES, 2006), que concebe distintamente a relação associativa e a correferência, especialmente no fato de que:

[...] o sintagma nominal anafórico associativo, diferentemente do correferencial, é ‘novo’, isto é, até a sua ocorrência a *entidade não tinha sido mencionada, e, conseqüentemente, não era parte do conjunto de entidades já introduzidas no modelo de discurso* (ênfase acrescentada). Desse modo, pode-se afirmar que a anáfora associativa introduz – e, não, *remete a* – um objeto-de-discurso, ou seja, ela cria um referente textual. Assim, pelo fato de introduzir um referente novo no discurso, o acesso ao referente antecedente à anáfora associativa se dá sempre de forma indireta. (NEVES, 2006, p. 313, grifos do autor).

Muitos outros autores são também convocados para a discussão, é o caso de Apothélos (1995 apud NEVES, 2006, p. 109), tratando de duas importantes características da anáfora associativa, quais sejam: “de um lado,

uma certa dependência interpretativa relativa a um referente previamente introduzido ou designado; de outro, a ausência de correferência com a expressão que previamente designou esse referente”. Nesse entendimento, mesmo quando não aparece explicitamente designado ou quando não estabelece relação com outros referentes e com outras informações explicitamente formuladas, o referente da anáfora associativa se mostra como já conhecido pelos interlocutores ou identificável na textualização.

Neves (2006) destaca que a relação parte-todo, via metonímia, se apresenta como a mais comumente reconhecida no mecanismo da anáfora associativa, sendo determinada por uma *base*, ou conexão, *estereotípica*. Acrescenta, ainda, com base em Kleiber (1994), que esse tipo de anáfora, como as outras, tem uma base inferencial, dependendo também de associação mental, via ativação de *scripts* e *frames*, o que lhe confere como característica o uso bastante aberto para associações as mais diversas e de maior distância.

No que se refere ao papel do contexto, a anáfora associativa se apoia em propriedades como *genericidade* e *validade*, independentemente de contexto, uma vez que tais propriedades representam ligações garantidas por estereótipos. Nas palavras da autora, “o contexto pode sugerir que existe uma relação associativa”, porém, a rigor, um referente pode ser referido apenas como uma propriedade geral (NEVES, 2006, p. 112).

Neves (2006, p. 212) afirma ainda que,

... do ponto de vista formal, a anáfora associativa consiste na associação de dois elementos – um antecedente e um subsequente que tem natureza anafórica – ambos presentes no texto, seja na mesma frase [...], seja em frases diferentes [...].

E acrescenta que “o elemento anafórico associativo é necessariamente um sintagma com artigo definido”, sendo possível também, em alguns casos, o pronome demonstrativo, e isso permite que os interlocutores possam acessar qualquer entidade, com o apoio da informação pragmática e do próprio contexto pragmático.

Por fim, conforme a discussão feita, a autora aponta como questão ‘delicada’ acerca do uso da *anáfora associativa* o fato de não estar bem definido o modo pelo qual sua interpretação é realizada. Duas possibilidades são levantadas: a interpretação de sequências anafóricas associativas seria operada “ou por uma ligação construída no momento da leitura ou pela ativação de

uma associação previamente memorizada” (NEVES, 2006, p. 113). Como solução, a autora defende que o foco da anáfora associativa deva se pautar numa abordagem de base discursiva, considerando os aspectos linguísticos, ou de base cognitiva, considerando os aspectos representacionais, conforme sugerem as duas propostas citadas abaixo, a saber:

- a) a de Kleiber, Partry e Ménard (1994), que sugerem que a interpretação da anáfora associativa é dirigida pelas representações referenciais de algum estado de coisas, ou estado do mundo, existente antes do processamento do discursos (é a hipótese ‘léxico-estereotípica’, dirigida pelos dados);
- b) a de Charroles (1994), que, defendendo que a anáfora associativa é um “fenômeno de discurso” (p. 70), sugere que a sua interpretação é dirigida pela habilidade dos sujeitos em construir, a partir de uma leitura *on line* do discurso, uma representação particular, num espaço mental da relação anafórica (hipótese ‘cognitivo-discursiva’, dirigida pelo conceito). (NEVES, 2006, p. 113).

Além dessas duas propostas, há também a visão de Lavigne-Tomps e Dubois (1999), em defesa da ideia de que a operação de antecipação permite estabelecer associações entre um antecedente e uma expressão anafórica. Citando Miéville (1999, p. 329), Neves (2006, p. 113-114) afirma que “a ativação de representação mental de uma expressão anafórica se dá a partir de uma representação mental previamente ativada do antecedente”. Porém, como diz a autora, “ela é restringida ‘pelos ingredientes necessários ou estereotípicos da entidade denotada pelo elemento fonte da anáfora’”. Na amostra de dados apresentada a seguir, podemos dar conta de algumas dessas questões levantadas acerca da base de interpretação das anáforas associativas.

2 Análise de Expressões Anafóricas Associativas em Artigos Científicos

Nesta seção, realizamos a análise de fragmentos extraídos de cinco artigos científicos, orientados pelas duas questões mencionadas no início deste trabalho, quais sejam: (i) Como o produtor orienta e/ou negocia a

compreensão das expressões ou sequências anafóricas associativas no texto acadêmico-científico? (ii) Que bases de conhecimento são inscritas ou pressupostas no texto de modo a permitir aos interlocutores a interpretação dessas sequências anafóricas?

A análise caracteriza-se como descritivo-interpretativa, seguindo uma abordagem essencialmente qualitativa. Os fragmentos apresentados a seguir são ilustrativos dos cinco artigos analisados, trazendo dois exemplos de ocorrências recortadas de cada um. Tais fragmentos são recortados ora em porções menores do texto, no caso no nível da frase, ora no nível do período, ou mesmo do parágrafo inteiro, pois consideramos que a anáfora associativa pode ocorrer em todos esses níveis, afetando a dimensão mais ampla do texto. Para fins de preservação dos textos em análise, os fragmentos são codificados por artigo científico (Ac), seguindo uma ordem de 01 a 05 (Ac01, Ac02.... Ac05), em que informamos as páginas, conforme dispostos abaixo:

(01)

A representação de eventos da vida real em relatos sequenciados chamou a atenção de pesquisadores do campo das Ciências Humanas, uma vez que um dos traços definidores de uma cultura encontrasse nas estruturas das narrativas, dadas as possibilidades de construção de significação dessa cultura também por meio de histórias (Bell 2002).

Extraído de Ac01 (p. 257)

Neste fragmento, estabelece-se uma relação anafórica não correferencial, do tipo associativa, entre a expressão “A representação de eventos da vida real”, que funciona como elemento fonte da relação anafórica, e os termos “narrativas” e “histórias”. Estes dois termos são introduzidos como conhecidos, sem que tenham sido apresentados anteriormente no cotexto. A operação de interpretação da relação anafórica se dá na medida em que é possível ativar o conhecimento genérico de que uma representação ou relato sequenciado apresenta estrutura que envolve a ação de narrar, de contar histórias. Observamos que as pistas para o estabelecimento da relação anafórica são fornecidas ao interlocutor na textualização pela via do conhecimento partilhado. Esse interlocutor é capaz de compreender os elos entre os termos, ativando seu conhecimento genérico acerca de representar – relatar – contar histórias.

(02):

Outra característica marcada do excerto em análise é a ocorrência frequente de processos mentais, que expressam sensações, sentimentos, desejos, anseios, entre outros aspectos, dos participantes diretamente ligados a esses processos, nesse caso, denominados experienciadores.

Extraído de Ac01 (p. 264)

Em (02), a relação anafórica faz-se pela associação entre os termos “processos mentais” e os termos “sensações”, “sentimentos”, “anseios”, “experienciadores”. Nesse trecho, a associação é possível de ser analisada nos termos como pensa Kleiber (1994 apud NEVES, 2006), ao defender que a ligação entre o sintagma nominal fonte e o sintagma nominal anafórico dá-se pelo semantismo das expressões lexicais em presença (o que faz, por exemplo, com que o interlocutor compreenda a ligação entre “processos mentais” e “desejos” em razão da operação mental envolvida em cada um). É possível também analisarmos esse trecho segundo a ótica de Charolles (1990), que, em sua concepção discursiva da anáfora associativa, defende que o próprio discurso impõe a compreensão da associação entre esses sintagmas nominais. Aqui, os termos “sensações”, “sentimentos”, “anseios” e “experienciadores” se impõem como parte de “processos mentais”, ou seja, como constituintes do termo antecedente.

(03):

Já para a Clínica da Atividade, o trabalho pode ser definido como uma atividade triplamente dirigida, pois ela é dirigida ao comportamento do sujeito trabalhador, ao objeto da tarefa (limpar a casa; dirigir um taxi etc), e aos outros (chefe, clientes, colegas etc). O sujeito, para realizar o trabalho, poderá utilizar artefatos materiais (vassoura, pá, panela etc) e/ou simbólicos (instruções de um manual, mapas, placas de trânsito etc).

Extraído de Ac02 (p. 292)

No fragmento (03), a expressão definida “o trabalho” aparece como elemento-fonte do qual vários outros se apresentam como seus constituintes típicos. Como exemplo disso, temos a seguinte relação:

- O trabalho ↔ atividade dirigida ao comportamento do sujeito, ao objeto da tarefa ↔ Limpar a casa [↔ vassoura; pá; panela]; dirigir um táxi [↔ mapas; placas de trânsito].

- O trabalho ↔ atividade dirigida aos outros [↔ chefe, clientes, colegas].

Observa-se aí que as associações são estabelecidas via ativação de conhecimento de mundo, o conhecimento do que seja, genericamente, o trabalho ou uma atividade, mostrando-se dependente, também, dos *estereótipos culturais*. As associações estabelecidas no contexto permitem, pois, a identificação de um referente textual, ou objeto-de-discurso, como fonte da associação e, assim, o apoio para a compreensão da anáfora associativa, representada, por exemplo, no sintagma “vassoura”, é o conhecimento compartilhado entre os interlocutores acerca dos procedimentos de trabalho doméstico, como limpar a casa.

(04):

Além dessas dimensões consideradas, para Machado (2008), a atividade de trabalho é:

- *mediada por instrumentos simbólicos, quando o trabalhador se apropria de artefatos socialmente construídos e disponibilizados pelo meio social;*
- *plenamente interacional, pois ao agir sobre o meio com a utilização de instrumentos, o trabalhador, ao mesmo tempo, é por ele transformado; [...].*

Extraído de Ac02 (p. 293)

No fragmento acima, a expressão “agir sobre o meio” tem como suporte de interpretação a afirmação feita na porção de texto “a atividade de trabalho é plenamente interacional”. Nesse caso, entendemos que o termo interacional mostra-se como fonte da associação com “agir sobre o meio, já que entendemos o trabalho como uma forma de ação, uma atividade”. As ações de agir e transformar aparecem como termos em presença (cf. KLEIBER, 1994 apud NEVES, 2006) do contexto de trabalho, por isso a compreensão da relação anafórica fica facilitada.

(05):

Esta é a proposta geral da hierarquia prosódica, mas assume-se que vários aspectos de sua aplicação são definidos por cada língua particular. Para nós, interessa-nos aqui apenas aspectos particulares do pé em português brasileiro.

Extraído de Ac03 (p. 331)

Em relação ao artigo de onde foi extraído o fragmento (05), chama atenção o fato de que o termo “pé” aparece pela primeira vez no texto, especificamente na introdução. Observamos que o apoio contextual permite a compreensão de uma relação associativa entre “pé” e “hierarquia prosódica”. Tratando-se de hierarquia no contexto das dimensões superiores ou inferiores, fortes ou fracas das sílabas e de sua posição na frase fonológica, torna-se acessível a compreensão do elemento “pé”, conforme tratamento dado pelo produtor, como uma unidade constituída de uma e somente uma sílaba forte, podendo compor nenhuma ou várias sílabas fracas. Aqui, fica garantida ao interlocutor a base para a interpretação dessa associação, assentando o elemento anaforizador em uma fonte disponível anteriormente no próprio texto. Além disso, se explorada a dimensão cognitiva articulada à perspectiva discursiva, nos moldes como permite a discussão proposta por Neves (2006), podemos observar que ocorre aí uma associação do tipo (ii), ou seja, do tipo parte/todo, fazendo evocar conhecimento genérico por meio da criação de frames. É nesse sentido que a ideia de “pé” é facilmente evocada pelo interlocutor como um elemento situado na base de uma hierarquia, qualquer que seja o tipo.

(06):

A célula (C) é a unidade que domina o pé. Construída com informações de duração [± longo] e de intensidade [± forte], a célula apresenta as seguintes características: a) presença obrigatória de um núcleo de sonoridade (crusa) com os traços [+forte] e [+longo]; e b) presença facultativa de adjacências (anacrusa) ou (metacrusa) com os traços [-forte] e/ ou [-longo].

Extraído de Ac03 (p. 332)

No fragmento (06), a relação parte/todo é a base da anáfora associativa. O núcleo como parte da célula, os traços de *duração*, *intensidade*, a presença de um *núcleo* e de *adjacências* são seus elementos constitutivos. Destacamos a expressão indefinida “um núcleo” como a que estabelece muito claramente a relação de anáfora associativa com o sintagma nominal “A célula”. Podemos observar que os elementos associados com o sintagma “a célula” vão sinalizando as pistas para a compreensão de qual contexto se fala deste elemento, tratando-se, em particular, de uma perspectiva prosódica e melódica da palavra.

(07):

As opiniões de Oliveira sobre a variação determinada pelo fator temporal caminharam em duas direções opostas. Em alguns momentos, ele afirmou ser o “velho” e sua linguagem modelos para o uso do português: “E o velho com seu entender mais firme...”. No entanto, em outras passagens, apresentou uma visão na qual a linguagem mais antiga seria algo a ser evitado, principalmente em relação à questão lexical.

Extraído de Ac04 (p. 358-359)

O fragmento (07) mostra o caso em que o sintagma nominal “a variação” (especificamente *a variação determinada pelo fator temporal*) é a fonte da associação com as expressões “o velho” e “a linguagem mais antiga”, criando o (ou remetendo ao) referente textual que recobre o uso do português. A base interpretativa da associação anafórica assenta-se no conhecimento partilhado – um saber, por sinal, especializado e conferido a uma dada corrente teórica – acerca da variação linguística e, mais precisamente, sobre questões normativas implicadas no uso do léxico. Apoiando-nos na perspectiva teórica discutida por Neves (2006), observamos que o produtor fornece, no texto, as pistas e meios necessários para que não reste dúvida em termos de identificação e localização adequadas do referente, ficando, então, garantida a compreensão dos termos associados no qual esse referente se encaixa.

(08):

Ainda é importante lembrar que para Oliveira linguagem é fenômeno espiritual condicionado por fatores físicos e biológicos. Sendo assim, pode-se apontar que um de seus métodos de análise (observação, de natureza fisiológica, biológica e acústica, da articulação dos sons e dos órgãos envolvidos nesse processo e também da percepção sonora) além de servir para marcar a diversidade, servia da mesma forma à sua concepção de linguagem.

Extraído de Ac04 (p. 360)

Observamos em (08) que a expressão na qual se pontua uma concepção de linguagem como “fenômeno espiritual” é o elemento fonte da relação anafórica associativa estabelecida com os termos que descrevem as propriedades da linguagem a partir de um dos seus métodos de análise, que são: “fisiológica”, “biológica”, “acústica” “articulatória”. Todos esses

termos funcionam como traços caracterizadores de um modo de ver a linguagem como fenômeno espiritual, ou seja, como algo encorpado, no sentido de apresentar uma contraparte perceptível (física, biológica, sonora). Aqui, ocorre uma associação decorrente daquilo que já denominamos como o semantismo das expressões lexicais em presença. Como nos faz compreender Neves (2006), essa associação não pressupõe simplesmente o conhecimento de uma relação ‘parte de’, mas também de uma possibilidade de ocorrência de tal relação. Desse modo, a compreensão de que a linguagem seja espírito/corpo é construída no e pelo próprio discurso, e, como tal, requer do interlocutor o saber sobre as propriedades aí referidas, todas deduzíveis do contexto mais amplo dos estudos linguísticos, teóricos e descritivos.

(09):

Vamos considerar na análise, ainda, a questão das figuras, como metáforas, repetições, hipotipose e outras. Conforme já alertava a antiga retórica, “... os jogos de palavras, etc. são analisados pelos tratados latinos como excitantes. Num determinado sentido, toda figura é figura da paixão” (Mathieu-Castellani, 2000, p. 76). Lembremos também que, em Aristóteles, o pathos é um dos argumentos do discurso, ao lado do éthos e do lógos. Em maior ou menor intensidade, os aspectos emocionais estão presentes em todas as peças, embora, em alguma delas, realmente predomine a racionalidade cognitiva², como, por exemplo, discussão e interpretação de lei, doutrina ou jurisprudência...

Extraído de Ac05 (p. 369)

No fragmento acima, os sintagmas nominais “o pathos”, “do éthos” e “do lógos” associam-se anaforicamente ao termo “figuras”, encontrando neste o suporte para sua interpretação. Esta se encontra ancorada, também, na ativação de um conhecimento específico, que é o caso da temática que recobre a construção de imagens de si, do outro e do objeto de discurso, numa perspectiva da Teoria da Argumentação do Discurso (TAD).

(10):

Continuando, temos nestes dois parágrafos um exemplo da hipotipose, pois o texto apresenta-nos um quadro do crime como se o víssemos. A iconicidade da cena busca criar o efeito de realidade.

Extraído de Ac05 (p. 371)

Neste último fragmento, a expressão “um quadro do crime” é introduzida no discurso e sua interpretação depende da associação com o termo “hipotipose”, para que se possa criar a rede referencial do texto, que, no contexto do artigo em análise, recobre a questão mais ampla das paixões e ritmos relativos ao processo jurídico-penal.

A partir da linha teórica discutida neste trabalho, guiada pelo estudo de Neves (2006), os fragmentos apresentados aqui nos dão uma dimensão de como se processa o entendimento das expressões anafóricas associativas em textos científicos pelo menos sob duas perspectivas: (i) o produtor introduz novos referentes como conhecidos no texto, fazendo o interlocutor ora remeter a um conhecimento compartilhado, utilizando seu próprio modelo mental, ora estabelecer a associação por orientação do próprio discurso ou do cotexto no momento exato da leitura; (ii) as associações em geral são do tipo parte/todo, e os conhecimentos (do tipo genérico ou específico), são ativados de diversas formas, por via da inferência, da criação de *frames*, *scripts*, cenários etc.

Especificamente no *corpus* analisado, para a compreensão das expressões anafóricas associativas utilizadas, se exige do interlocutor muito mais o acionamento de conhecimento específico. Podemos atribuir esse dado, de modo mais amplo, à própria natureza do texto de natureza científica, e, de modo específico, ao gênero artigo científico, considerando sua publicação/circulação numa revista especializada, cuja temática é de alcance mais restrito aos profissionais, estudiosos e especialistas da própria área de conhecimento, entre outros aspectos das condições de produção.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ativação de conhecimento genérico como base para a compreensão das expressões anafóricas no artigo científico estaria relacionada com o desenvolvimento de temáticas mais comuns, portanto envolvendo conhecimento compartilhado entre uma dimensão bem maior de interlocutores, e isso não foi o caso do *corpus* analisado. O que se observou tem a ver com a construção de uma rede referencial compartilhada entre interlocutores situados numa mesma esfera ou campo, que é o da produção do conhecimento científico, numa área específica e em circulação entre os pares.

Conclusão

Este trabalho responde provisoriamente as duas questões a que se propôs examinar. A partir da análise feita, verifica-se que a construção de

sentidos do texto, no que toca à compreensão das expressões anafóricas associativas, resulta da negociação entre o produtor e seus possíveis interlocutores, na medida em que se supõe que tais interlocutores compartilhem as mesmas bases de conhecimento e, nesse sentido, trata-se de conhecimentos específicos de uma área. O produtor manipula os meios linguísticos e textuais e vai criando uma rede referencial à medida que o texto se processa, obtendo uma textualização bem sucedida, no sentido de permitir o engajamento dos interlocutores visados quanto à montagem dessa rede referencial. Verifica-se, pois, que a compreensão desse tipo de expressões anafóricas se dá por ativação das associações previamente memorizadas, ou que estas associações sejam compreendidas no momento da leitura. Em todo caso, os objetos-de-discurso, conforme orientação teórica aqui utilizada, e como se verificou na análise, são dados como conhecidos.

Da forma como se propôs, esperamos ter contribuído para tornar produtivo o debate acerca da anáfora associativa segundo um viés discursivo, sob a ótica do funcionalismo linguístico, ao mostrar seu potencial de aplicação para a análise de textos acadêmico-científicos. Reconhecemos que um estudo mais completo do tratamento da anáfora associativa nesses textos pode se estender ao exame de muitos outros gêneros discursivos, tais como monografias, relatórios, resenhas, resumos, inclusive focalizando a produção textual de estudantes da graduação situados na posição de pesquisadores iniciantes. Estudos que discutam sobre em que bases se assentam a interpretação de anáforas do tipo associativas a partir da análise de um conjunto maior de gêneros, sejam acadêmicos ou de outra esfera, e de um tratamento teórico-metodológico que articule as três perspectivas teóricas mencionadas neste trabalho, colocam-se em aberto e podem contribuir ainda mais para uma compreensão sólida desse fenômeno.

Referências

BESSA, J. C. R. *Referência ao discurso do outro: uma análise de problemas de relações de sentido entre discurso citado direto e discurso citante no gênero monográfico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2007.

BESSA, J. C. R. (Re)pensando a citação em textos acadêmico-científicos. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 421-439, dez. 2011.

BESSA, J. C. R.; BERNARDINO, R. A. S. A referência ao discurso do outro em textos acadêmicos de estudantes de curso de Letras/Português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., Curitiba, 2011. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2011. p. 2068-2081.

BESSA, J. C. R.; BERNARDINO, R. A. S.; NASCIMENTO, I. A. A. Formas de retomada de discurso citado na construção de sentidos em textos acadêmicos. *Interseções*, Jundiaí, a. 4, v. 5, n.1, 17-38, maio 2011.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. *Referência e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Trabalho apresentado no Encontro de Linguística, Juiz de Fora, UFJF, dez. 1998.

MARCUSCHI, L. *Linearização, cognição e referência: o desafio do intertexto*. Comunicação apresentada no IV Colóquio de Associação Latino-americana de Análise do Discurso. Santiago, Chile, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/~fontes/ln2sem2006/17Marcus.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2012.

MARCUSCHI, L. Repetição. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 219-254.

NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, A. A.; SOUZA, G. S. O discurso citado no ensino de Língua Portuguesa: das propostas dos livros didáticos às produções dos alunos. *Interseções*, Jundiaí, a. 5, v. 7, n. 1, p. 216-235, 2012.

SILVA, F. A dimensão cognitiva na anáfora associativa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA COGNITIVA, 1., 1998, Porto. *Anais Eletrônicos...* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id130&sum=sim>>. Acesso em: 1 jan. 2011.